

Autarca reuniu com agentes do setor

## Presidente da Câmara de Cantanhede reivindica respostas para os problemas no campo da saúde



A presidente da Câmara de Cantanhede está muito preocupada com os sinais de degradação que se têm vindo a acentuar na prestação de cuidados saúde no concelho, por falta de resposta da tutela em colmatar as insuficiências que se têm vindo a registar a vários níveis. A análise dos problemas e a procura de soluções foi o mote da reunião promovida por Helena Teodósio que juntou ontem, 26 de setembro, no salão nobre dos Paços do Concelho, representantes das entidades do setor e os titulares de órgãos políticos locais, designadamente o Executivo Camarário, presidentes de Junta e membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD, PS e CDU.

Participaram no encontro o presidente do Conselho Diretivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, António Sequeira, o administrador da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, António Alexandre, a coordenadora da Unidade de Cuidados Continuados Vivenda São Francisco, Lorena Oliveira, o secretário da Direção da Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, Pedro Miguel Lopes Silva, e o presidente do Conselho Jurisdicional desta entidade, Valter José Mendes de Amorim.

A abrir a reunião, Helena Teodósio começou por lamentar a falta de respostas da tutela aos pedidos e reivindicações da Câmara Municipal relativamente aos problemas identificados no âmbito do diálogo que tem mantido com os responsáveis das instituições de saúde. “São problemas que suscitam as maiores inquietações, sobretudo agora que se aproxima do início da transferência de competências da Administração Central para os municípios, processo que, independentemente da vontade destes, o Governo se propõe implementar em 2021”, afirmou a autarca. E lembrou: “a Câmara Municipal de Cantanhede deliberou recusar a transferência de competências em 2019, posição que vai ser votada pela Assembleia Municipal na próxima sexta-feira” “Uma dessas áreas é manifestamente a saúde”, adiantou a líder do executivo camarário,

sublinhando que “há insuficiências que precisam ser resolvidas com a maior urgência, de modo a que seja garantida resposta adequada à população ao nível dos cuidados de saúde em todas as valências, o que nesta altura não acontece”

Relativamente ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo foi assinalada a preocupação do Conselho Diretivo em estabilizar o quadro de pessoal, sobretudo do corpo médico, de modo a melhorar os serviços e otimizar o bloco operatório. A escassez de valências cirúrgicas, a oferta limitada de consultas de especialidades e a falta de condições de trabalho em algumas áreas são as maiores limitações desta unidade hospitalar que se debate com dificuldades de contratação de pessoal devido ao seu estatuto no âmbito do Setor Público Administrativo.

Quanto à consulta aberta do Centro de Saúde, constata-se que ela não responde às necessidades da população, sendo necessário implementar rapidamente um atendimento de urgência com mais médicos e um horário mais alargado com disponibilidade de meios complementares de diagnóstico. Por outro lado, nas unidades de saúde familiar e nas extensões de saúde tem-se vindo a acentuar a falta de médicos para dar resposta às necessidades, o que deixa as populações desprotegidas. Trata-se de uma situação que tem de ser alterada urgentemente, bastando para isso que a Administração Regional de Saúde do Centro cumpra com o que se comprometeu no protocolo que celebrou há anos com a Câmara Municipal.

Também analisada foi a situação do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro-Rovisco Pais. Neste particular, o que suscita mais preocupação é o futuro que a tutela reserva para esta unidade hospitalar de referência a nível nacional, sobretudo quanto ao seu estatuto e quanto ao financiamento das obras programadas para aumentar o número de camas.

No decurso da análise aos serviços de saúde, Helena Teodósio lamentou que a ARS Centro não esteja a respeitar o que acordou com a Câmara Municipal relativamente ao funcionamento dos Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem, uma resposta social criada e financiada pela autarquia ao abrigo de um protocolo que envolve também as juntas das freguesias que não possuem extensões de saúde. “Este tipo de atendimento de proximidade com as populações tem-se revelado da maior utilidade, responde às necessidades das pessoas, sobretudo das mais idosas, e por isso estranhámos muito que a ARS-Centro não esteja a cumprir a parte que lhe compete no âmbito do protocolo e lamentamos também que não responda ao nosso pedido para que sejam criados mais três postos onde realmente fazem falta”, referiu a autarca.

No final da reunião, Helena Teodósio agradeceu às entidades presentes “a abertura e o interesse com que participaram da discussão de questões numa área tão sensível como é a da saúde e enalteceu a elevação e espírito construtivo como todas as forças políticas se empenharam em debater os problemas e em perspetivar soluções que vão ao encontro das necessidades dos munícipes”